



ENSINO DE HISTÓRIA COM O USO DE JORNAIS: CONSTRUINDO OLHARES INVESTIGATIVOS.

TEACHING OF HISTORY WITH THE USE OF NEWSPAPERS: BUILDING GLANCES INVESTIGATIVOS

Raquel França dos Santos Ferreira¹

RESUMO: A relação entre conteúdos para o ensino de história e documentos históricos me motivou a olhar os jornais impressos como um valioso aliado no ensino da disciplina. A seleção de atividades com jornais é utilizada como mote para a pesquisa aqui apresentada porque tenho percebido, de maneira empírica, uma “marginalização” daquele recurso enquanto ferramenta potencializadora em questões de aprendizagem. O “pano de fundo” da pesquisa foi a relação existente entre conhecimentos acadêmicos e escolares presente em sala de aula – apropriando-me de discussões já apresentadas por Monteiro (2000), Gabriel (2003) e suas leituras sobre Tardif (1991), Chevallard (1991) – e, a partir dele, focalizar a construção do conhecimento histórico escolar a partir do uso dos jornais, como documento histórico, pelos professores na sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: ensino de história; documentos históricos; jornais.

ABSTRACT: The relationship between issues for teaching history and historical sources has handed me to think about newspapers as a great ally in my work as a teacher. Activities with newspapers have been chosen as focus to this research because of an empirical perception of its ‘misunderstanding’ as a potential instrument of learning history. The background of this investigation was the boundaries near academical and scholar knowledge, inside the classrooms – according to the texts of Monteiro (2000) and Gabriel (2003), readers of Tardif (1991) and Chevallard (1991) – and, towards, to focalize the construction of scholar knowledge in history with newspapers, as historical sources, by teachers in their journey.

KEY-WORDS: history’s teaching; historical sources; newspapers.

1 - Passos iniciais.

Sabendo que a atuação de todo o professor move-se de acordo com determinados propósitos sociais – condizentes seja com a política do sistema de ensino, da gestão, e/ou da comunidade escolar -, abraçou-se a tarefa de formar alunos aptos a serem cidadãos atentos aos artifícios daqueles que, estando investidos do poder de manipular as informações, conseguem montar discursos a favor de interesses não condizentes com os princípios de uma sociedade transformada positivamente.

Partindo do pressuposto acima, focalizaram-se as metas e abordagens que facilitassem ao aluno identificar-se como sujeito participante dos processos históricos da sociedade em que vive.

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense, assistente em documentação na Coordenadoria de Publicações Seriadas da Fundação Biblioteca Nacional-RJ. E-mail: rafrasant@yahoo.com.br



Toma-se, portanto, como questão de estudo, a idéia de que problematizar a naturalização das versões em periódicos é crucial num mundo onde a informação flui em alta velocidade, potencializada pela rapidez dos meios de comunicação em obter e difundir dados em tempo real. Desse modo, mostra-se necessária a análise de vantagens, limitações e possíveis contribuições daqueles veículos de comunicação em aulas de História do Tempo Presente para o E.M.

A escolha dos periódicos impressos *O Dia* e *Extra* foi adequada por serem jornais de circulação mais popular e estarem presentes nos lares de professores e alunos. Suas notícias legitimam argumentos sobre os mais diferentes assuntos e, em boa parte das vezes, são tomadas como algo neutro. Isso acontece graças ao apelo subliminar, ou até manifesto, de que existe um honesto compromisso das empresas jornalísticas com a isenção e a imparcialidade nas notícias publicadas nas páginas do periódico.

Esta proposta foi executada no Colégio Estadual Nilo Peçanha, escola situada numa das principais ruas de acesso ao centro da cidade de São Gonçalo, região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. O município possui o segundo maior colégio eleitoral do estado, só perdendo para o da própria capital, com mais de 600 mil eleitores – segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, para o ano de 2008². Conta com 21 vereadores que representam à população, de mais de 900 mil habitantes, distribuída entre cinco distritos compostos de 95 bairros. Sua estrutura econômica registra 91 indústrias cadastradas, além de dois centros comerciais varejistas importantes nas sedes dos distritos Centro e Alcântara³.

Dados da própria administração municipal, sobre a Educação, informam a existência de 56 escolas de E.M, 253 escolas de Ensino Fundamental e 5 Universidades – entre instituições públicas e privadas⁴. Segundo o IBGE houve no município, aproximadamente, 27.016 matrículas em escolas médias. - públicas e privadas -, em 2008⁵.

Inserido no contexto apresentado, o Colégio Estadual Nilo Peçanha fornece o curso de Formação Geral e atende a alunos com idades entre 14 e 18 anos. Ele funciona nos três turnos onde circulam 1200 alunos, 80 professores e 44 funcionários. Os alunos são oriundos de comunidades que têm renda per capita de R\$ 144,00 sendo, o município, o 23º do Estado em incidência de pobreza – 39,86%, de acordo com o IBGE⁶. Sendo uma escola central, com

²< http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/quantitativo_eleitorado.htm >, acesso em 01/06/2010.

³< <http://www.saogoncalo.rj.gov.br/estatisticas.php> >, acesso em 18/08/09.

⁴ Idem, acesso em 18/08/09.

⁵ <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>, acesso em 01/06/2010.

⁶ Idem, acesso em 01/06/2010.



facilidade de acesso por estar em uma das ruas principais da cidade, a procura por vagas é grande. Os raros casos de violência, a ausência de problemas com criminalidade - típico de instituições inseridas dentro de comunidades carentes -, o bom nível dos professores e da organização da direção também são atrativos à escola, de modo que há lista de espera por matrículas.

A turma escolhida para desenvolver esse trabalho foi a de terceiro ano, por causa de dois motivos: o conteúdo relacionado à História do Tempo Presente e a natureza das fontes selecionadas. Em virtude do entendimento de que essa empreitada envolve a tríade cultura/poder/discurso, selecionaram-se dois objetivos básicos: observar algumas das relações entre saberes acadêmicos e escolares, produzidos em salas de aula do E.M. a partir de documentos históricos; problematizar a apropriação do jornal na formação crítica dos alunos, dentro de uma perspectiva que leve em consideração questões referentes às relações daquela tríade acima.

A História, como ciência, pressupõe metodologias específicas para a produção do conhecimento (VAINFAS, 1996). Nenhuma escrita que se pretende historiográfica tem aceitação se não apresenta argumentos que correspondam aos critérios de legitimidade - por sua vez construídos durante embates epistemológicos, políticos e ideológicos - que sustentam a sua própria credibilidade. Os materiais utilizados pelo historiador são definidos como fontes ou documentos históricos e o produto que o profissional elabora, conhecido como historiografia - ou escrita da história -, alinhava aquilo que o seu autor depreendeu a partir da análise da fonte escolhida para sua investigação (BURKE, 1992).

A conceituação de fontes ou documentos históricos, igualmente produzida no decorrer de intensos debates acadêmicos, refere-se hoje a todo e qualquer produto humano elaborado no tempo/espaço que tenha sido selecionado para estudo a partir da atribuição de sua importância por um pesquisador (LE GOFF, 1984). Essa noção é central para o historiador e, ao mesmo tempo, um grave complicador em seu trabalho. Central porque a variedade de fontes torna-se útil para o contraste entre visões diferentes sobre um mesmo acontecimento histórico. Simultaneamente, pluraliza o contato entre outras áreas do conhecimento e ajuda a desmistificar a idéia de que há apenas uma explicação 'verdadeira' para tudo. Complicador porque, ao pulverizar-se a quantidade de fontes a que o historiador pode ter acesso, precisam ser adotados recortes temáticos, temporais e espaciais. Possibilidades investigativas passam a ser escolhidas e/ou descartadas em prol da limitação de um foco estruturado em questões bem específicas, com o



cuidado para não se trair por uma relativização extrema – o que de nada valeria a quem pretende entender ações humanas no tempo-espaço e não apenas um caso isolado (BURKE, 1992).

Por conseguinte, podemos estabelecer várias ligações entre o objeto de estudo, a análise e os resultados de uma produção historiográfica. A que importa destacar agora é a questão da explicação de acontecimentos: modelo de narrativa da história que vai significar uma realidade passada, distante e diversa da atual, a partir do olhar que o pesquisador lança sobre o que estudou (BURKE, 1992). Essa estrutura textual estará presente em toda a produção historiográfica acadêmica e em seus derivados: artigos, livros, discursos, dentre outros.

A síntese explicativa de acontecimentos é aqui relevante, visto que as premissas relativas às aulas com fontes documentais incluem diretamente o professor de História. A partir das produções de Fonseca (1993), Monteiro (2000), Bittencourt (2003), Abreu e Soihet (2003), Gabriel (2003), dentre outros, nota-se a intensa preocupação sobre como o docente se apropria das diversas possibilidades das fontes documentais: se ele está atento e consciente de que usa documentos históricos em suas aulas, sejam eles escritos, orais, textuais, iconográficos, visuais ou sonoros; se o utiliza através de respaldo metodológico; se atua sabendo o que faz e por que o faz - para citar apenas alguns exemplos.

Segundo Chevallard (1991) os professores possuem conhecimentos próprios. São disciplinares, empíricos, pedagógicos e, sobretudo, escolares, porque assumem formas especiais de acordo com a situação vivida no cotidiano escolar. Planejar sua aula é recorrer a textos e outros meios que viabilizem sua principal tarefa profissional: ser um sujeito ativo no processo de transformação de seus alunos em indivíduos capazes de atuarem criticamente em sociedade. Como eles fazem isso? Que critérios eles utilizam para selecionar as fontes a serem consultadas?

A vivência acadêmica do profissional é uma das bases no processo da escolha do que vai usar em suas aulas, pois é lá que ele vai ter o primeiro contato com os métodos de síntese explicativa, programado com a intenção de formá-lo para que a exerça coerentemente em sua atuação profissional (Monteiro, 2000). Entretanto, após a graduação, o professor terá outras situações no cotidiano escolar, e até fora dele, que serão igualmente formadoras de suas habilidades.

Dentre as inúmeras situações que contribuem para a formação do professor, estão as ações de organizar, com seus alunos, visita a patrimônios históricos, leitura de textos, imagens, vídeos, músicas – até mesmo os encontrados como sugestão e referência nos livros didáticos. Essas atividades demandam ao professor o exercício de transpor didaticamente



(CHEVALLARD, 1991) as informações contidas naquela documentação, cotejando-as com o cabedal intelectual adquirido tanto na academia quanto na escola. A cada tempo/espaço em que ele aborda um mesmo documento, uma nova proposta se constrói. As experiências vividas são diferentes a cada hora, sempre agregando novidades tanto para o professor quanto para o aluno.

Outros pressupostos que o profissional precisa levar em consideração, são as diretrizes e parâmetros oficiais que balizam o exercício da docência. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96) regulamenta a profissão, os meios e espaços onde pode e/ou deve ser exercida, normatiza sistema educacional brasileiro no que diz respeito à atribuição de competências tanto do poder públicos, nas suas diversas instâncias, quanto do privado além de determinar que conteúdos devem ser obrigatoriamente contemplados nos currículos escolares – vide exemplo da Lei 11.645/08 que estipula enfoque sobre culturas afro-brasileiras e indígenas em aulas relativas às Ciências Humanas e suas Tecnologias.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais dos Ensinos Fundamental e Médio (1999) e as atuais Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006), outros dois documentos oficiais, sistematizam as áreas de conhecimento e os conteúdos relacionados às mesmas. Servem como norte para que haja a formação da chamada ‘base nacional comum’ em termos dos conteúdos gerais que devem ser contemplados nas diversas segmentações presentes na totalidade do sistema escolar brasileiro. Suas propostas têm a intenção de deixar margem para que haja a abordagem de conteúdos específicos de acordo com a realidade presente no cotidiano de cada escola brasileira, bem como orientar os professores sobre como, por que e para que selecionar tais ou quais conteúdos para integrarem seu planejamento. Contudo, cabe ao professor a responsabilidade sobre os critérios que considerará em sua seleção.

No caso do presente trabalho, a seleção considerada relaciona-se a questão da produção da narrativa histórica, onde procurei estabelecer um programa de atividades, seguindo orientações interessantes fornecidas por Faria (2009), para aulas com jornais. A seleção dos documentos articula-se com os objetivos, uma vez que o conhecimento a ser construído pelos alunos deve ser coerente e consistente – distante de produções fragmentadas e desconexas.

A primeira etapa do programa foi reservar uma aula para contextualizar o suporte que iríamos usar: a mídia impressa como produção social, influenciada por forças políticas, ideológicas, econômicas, culturais, enfim, conjunturas que interferem na linha editorial do jornal, em seu formato, em seu público leitor, etc.



Os outros passos se deram no sentido de planejar as atividades com base em notícias previamente selecionadas e devidamente identificadas que tivessem relação com o conteúdo do bimestre. Isso foi importante para calcular a dimensão do tempo que utilizaria e da quantidade de atividades investigativas que deveria propor. As atividades foram, ao mesmo tempo, produções investigativas e instrumentos de avaliação, ou seja: os alunos produziram textual ou oralmente sínteses críticas sobre o que construíram com a pesquisa.

De posse disso, a metodologia utilizada foi a indiciária: partia-se de um tema relacionado ao conteúdo do bimestre, apresentava o periódico como recurso discursivo que suscitasse debates sobre o que foi visto e, em seguida, revisitávamos o tema, agora com a fonte. Os alunos foram orientados a investigarem os recortes dos jornais, discutirem os pontos relevantes e montarem conexões, hipóteses e questões que pudessem consolidar conhecimentos e dar origem a outros. Movimento semelhante ao que o Historiador faz antes de ir a campo em busca das fontes: inicia uma busca teórica prévia e se intera sobre o que já foi escrito sobre o tema, visita a fonte para posteriormente retornar à teoria com outro olhar, até produzir a sua síntese.

2 - Estudo das atividades:

2.1 - Primeira atividade:

Para o planejamento das atividades didáticas do ano letivo de 2009, selecionaram-se diversos recursos, sempre tendo em mente a preocupação com a pequena carga horária semanal, de apenas duas horas/aula o que totalizou no bimestre cerca de 24h/a, destinada ao Ensino Médio na rede Estadual. O livro didático⁷, uma das fontes para o ensino de História, foi usado como base de consulta e de pesquisa para os alunos, sendo exigido em todas as aulas por conta dos textos, imagens e exercícios nele contidos.

Seguindo o Programa Curricular da série, o primeiro bimestre foi utilizado como período de embasamento e nivelamento dos alunos, fornecendo instrumentos iniciais para os estudos da disciplina – tanto com relação ao conteúdo quanto com relação a discussões como: em que a História nos auxilia cotidianamente; de que ferramentas os pesquisadores em História se utilizam; quais os seus objetivos; por que precisamos ter atenção às informações passadas a nossa volta, dentre outras, que serviram para dialogar com os alunos e aguçar seus olhares em torno de um

⁷ Mota, Myriam Becho/Braick, Patrícia Ramos. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. SP:Moderna, V.3, 2005.



posicionamento crítico diante do mundo que o cerca. Junto a estas perspectivas, foram vistos conteúdos que se referiam ao Brasil da República da Espada até as vésperas da Revolução de 1930 – bem como temas de História Geral: África e Ásia (Neocolonialismo), Primeira Guerra Mundial, Revolução Russa, Crise de 1920.

No segundo bimestre, revisaram-se os temas relativos à crise oligárquica, da década de 1920, para discutir o panorama político-econômico-social que permeou a Revolução de 1930 e as fases da chamada Era Vargas (1930-1945). Aliado aos temas da História do Brasil, cotejamos com assuntos de História Geral como: Regimes Totalitários na Europa e Segunda Guerra Mundial.

Para o terceiro bimestre, a programação previa assuntos como Período de Redemocratização do Brasil (1946-1964) e Ditadura Civil-Militar (1964-1985) bem como os aspectos internacionais ligados à Guerra Fria, primeiras lutas pela descolonização na África e Ásia, além de política e sociedade na América Latina. Entretanto, este foi um bimestre atípico e vários conteúdos foram deixados de lado pela redução de tempo previsto para as aulas, por conta do prolongamento do recesso de meio de ano e de algumas paralisações feitas pela categoria de professores em luta por direitos trabalhistas mais justos.

O Programa do quarto bimestre abrangia temas como: Nova República (1985-2009) no Brasil e os assuntos relacionados a História Geral seriam os seguintes: Crises entre Capitalismo e Socialismo das décadas de 1970, 80 e 90, fim da Guerra Fria, Globalização e mundo atual.

Vários foram os exercícios com vistas à construção de olhares investigativos entre os alunos do terceiro ano do Ensino Médio. Entretanto, selecionamos aqui o que ocorreu no segundo bimestre do ano letivo de 2009 e foi relacionado ao tema ‘Coronelismo’, dentro do contexto histórico-social do Brasil na Primeira República. No planejamento bimestral, foram destinadas quatro horas/aula ao tema Brasil República para que pudéssemos discutir, simultaneamente, valores sócio-políticos formadores da sociedade brasileira na Primeira República e suas mudanças e permanências no Brasil atual. Organizou-se em três etapas, a saber:

2.1.1 Primeira etapa – Contextualização:

A atividade relatada foi chave para retomarmos o conteúdo visto no primeiro bimestre, ‘Coronelismo’, e seguir adiante no planejamento. Investindo uma hora/aula nessa fase, utilizamos apenas reportagens constantes no jornal *O Dia*, para observar como os alunos interagem com



esse recurso, se percebiam algo do discurso político contido nele, mesmo sem a comparação com outra empresa jornalística.

Como discutido no capítulo anterior, nos apoiamos em metodologias historiográficas orientadas tanto por Vainfas (1996), quanto por Certeau (2000) por conta de alguns dos elementos formadores do olhar do historiador contidos nessas obras. De posse desses textos, percebe-se a necessidade de uma primeira ação de transposição didática, a de contextualizar as fontes com os alunos, tal qual o ofício do historiador aprendido na academia, trazendo a eles questões como: quais são os fundadores e proprietários do jornal? Em que contexto ele foi fundado? Que objetivos a linha editorial do jornal persegue? O que caracteriza suas reportagens? Tal contextualização foi elaborada partindo-se de informações previamente pesquisadas pelo professor em sítios como os da Associação Nacional de Jornais (ANJ)⁸ e do Instituto Ari de Carvalho⁹ e levou cerca de vinte minutos da primeira aula.

Segundo as fontes, *O Dia* foi fundado em 5 de junho de 1951 pelo então deputado Chagas Freitas, futuro governador dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, sócio/ aliado político do ex-governador paulista Ademar de Barros e utilizava o equipamento gráfico do vespertino *A Notícia*, de propriedade desse, para rodar o jornal. Em 1983, *O Dia* foi comprado pelo jornalista e empresário Ary Carvalho sendo, inicialmente, um veículo de forte apelo popular, voltado para notícias policiais e de violência. Posteriormente, o jornal passou por ampla reforma no início da década de 1990, com a intenção de competir por leitores com os mais tradicionais *Jornal do Brasil* e *O Globo*.

De acordo com Faria (2009), aquelas informações podem ser de grande importância para que os alunos possam aprender a avaliar a seriedade e a ética de um jornal, os interesses que movem seus proprietários, editores e jornalistas.

2.1.2 Segunda etapa – Contraste:

A etapa que denominamos ‘contraste’ seria apresentar, em duas horas/aula algumas notícias anteriormente elencadas pelo professor e que dissessem respeito às relações de poder existentes no Rio de Janeiro atual, para que os alunos tratassem das ligações entre as estruturas de poder constantes no Brasil da Primeira República e as práticas clientelistas e coercitivas do

⁸ <<http://www.anj.org.br>>, acesso em: 01/06/2010.

⁹ <<http://iac.terra.com.br>>, acesso em 01/06/2010.



chamado ‘Coronelismo’. Ressaltamos aqui que, mesmo que o objetivo não leve em consideração trabalhar todo o jornal, ou mesmo um caderno inteiro, a notícia deve ser contextualizada a partir de seu local de publicação, ou seja, indicando-se a página e as outras notícias que compõem a diagramação da edição escolhida para a apresentação em aula (FARIA, 2009).

A reportagem utilizada, transcrita abaixo e disponível em imagem digitalizada anexada ao final do artigo, foi a publicada no dia 14 de junho de 2009 que discutia a atuação de milícias em Jacarepaguá – Zona Norte do Rio de Janeiro:

“Terreno em Rio deas Pedras seria o motivo da disputa entre viúva de inspetor e um dos indiciados pela CPI das Milícias.

Uma decisão da 1ª Vara Cível de Jacarepaguá pode aumentar a tensão na comunidade de Rio das Pedras, em Jacarepaguá. Está autorizada a demolição dos prédios construídos a mando da milícia no terreno de Maria do Socorro Barbosa, viúva do inspetor Félix Tostes, executado em 2007. O imbróglgio que a polícia acredita ser a causa do atentado a Socorro, em novembro, é mais um componente que a transforma em um possível alvo. Assim como o ex-vereador Josinaldo Francisco da Cruz, o Nadinho – assassinado semana passada -, ela detalhou em depoimento à Polícia Civil o que sabe sobre o grupo paramilitar de Rio das Pedras.

A área que gerou disputa com um indiciado pela CPI das Milícias da Alerj fica na Curva dos Pinheiros. Socorro autorizou, por escrito, que Dalcemir Pereira Barbosa – irmão do sargento reformado da PM Dalmir Pereira Barbosa – regularizasse a área na Prefeitura em 2008. Mas Dalcemir vendeu lotes de terra a empreendedores, que ergueram quatro prédios. Em agosto, Socorro denunciou o caso na 32ª DP (Taquara). Ao mesmo tempo, acionou Dalcemir na Justiça e conseguiu, no mês passado, a reintegração de posse e a autorização para demolir os edifícios construídos sem a sua autorização.

Perfil do Bando

Há dois meses, Socorro voltou a se indispor com a milícia. Em 14 de abril, ao revelar à polícia o perfil do bando no inquérito que apura formação de quadrilha na comunidade, ela revelou que, desde a morte de Félix, recebia pensão de R\$10 mil de Dalmir. No entanto, Socorro e seus sócios na empresa de gás da favela tinham que pagar R\$ 1 mil por mês aos PMs Paulo Eduardo da Silva Azevedo, o Paulo Barraco, e Maurício da Silva Costa, o Maurição, a título de 'segurança'.

Recentemente, essa cobrança subiu para R\$ 6 mil mensais. Com a ação judicial e a recusa em pagar a quantia, a relação finalmente estremeceu” (PRADO, 14 maio 2009, p. 12).

Após a leitura da notícia com os alunos, passamos a discutir as questões atuais e a contrastar o tema com as características sociais e políticas, na Primeira República. O primeiro ponto da discussão foi o reconhecimento dos aspectos apresentados na reportagem. Perguntas como: que esferas de poder público (Federal, Estadual, Municipal) são citadas no texto? Quais são os poderes de Estado envolvidos (Executivo, Legislativo, Judiciário)? Que atribuições cada



um deles têm? Que mudanças são aparentes entre os poderes públicos do Brasil atual e o da Primeira República? Que Permanências? Que mudanças/ permanências percebemos com relação ao comportamento da sociedade (milícias/coronelismo)?

Neste momento, o objetivo seria observar como os alunos aplicavam conceitos políticos (como organização dos aparelhos de Estado e dos poderes de Estado, por exemplo) aprendidos na escola, numa leitura de periódico impresso. Na atividade escrita o interesse era, inicialmente, diagnosticar se os alunos reconheceriam a relação entre as informações dadas na reportagem e o conteúdo trabalhado em aula. Por esse motivo, levantou-se apenas em debate os questionamentos sobre o posicionamento político da empresa jornalística e a sua relação com as mudanças no comportamento da sociedade.

Considera-se, assim como Faria (2009) e Ramos (2006) que a imprensa é um poder e exerce pesada influência na construção de opinião pública e entende-se que essa questão perpassa todas as atividades propostas com o uso de materiais produzidos por ela. Contudo, não se deve apresentar definição única para posicionamentos político-ideológicos de empresas jornalísticas, pois suas posturas são, não raro, movediças e cambiantes. Assim, em aula, discutimos que dependendo das forças políticas em jogo na sociedade as decisões e opções da empresa mudarão tendendo ao lado que mais lhe favoreça e que negociações são feitas devendo nossa participação política ser atenta a isso.

As questões propostas em exercício, elaborado em uma hora/aula pelos alunos, foram:

“1-Faça um resumo de, no máximo, 5 linhas sobre o assunto da reportagem?”. O objetivo, aqui, seria treinar a capacidade de seleção de argumentos centrais em um texto, além da síntese dos alunos – por isso a delimitação de um máximo de linhas.

“2-Que poderes de Estado estão envolvidos na reportagem? Justifique citando seus representantes?”. Aqui, eles deveriam cotejar conceitos vistos em aula e informações da reportagem.

“3-Como podemos traçar um paralelo entre a reportagem e as práticas coronelistas da Primeira República?”. Esta questão já partia do pressuposto de que há um paralelo entre os dois momentos da sociedade brasileira, contudo, as comparações foram feitas tanto no sentido das permanências quanto das mudanças.

“4- Quais as permanências existentes entre a Primeira República e a atual, em termos de poder político? e 5- Quais as mudanças existentes?”. Essas duas também traziam aos alunos a necessidade de contrastar conceitos vistos em aula e as informações do jornal. O foco era que



eles discutissem a formação das estruturas políticas e de escolha de representantes – desde a Política do Café-com-Leite, Política dos Governadores, Coronelismo até a forma atual -, bem como a questão da cidadania que assume diversas características dependendo do momento político vivido.

“6- Que atuação devemos ter, enquanto cidadãos, para que problemas como o exposto na reportagem deixem de ocorrer?”. Com esta questão, quis diagnosticar que atitudes os alunos entendem como sendo referências de uma consciência e atuação cidadãs.

Grupos foram formados em sala de aula e pediu-se que discutissem texto e questões para, ao final, produzirem respostas de maneira que cada aluno escolhesse uma questão para dar sua contribuição sistematizada.

Com relação aos objetivos das questões, as generalizações obtidas foram as seguintes:

Na primeira questão, os alunos demonstraram razoáveis condições de escrita, bem como capacidade de síntese, embora possamos perceber que a integração entre História e a disciplina Redação (Língua Portuguesa), teria função potencializadora nas respostas dadas pelos alunos. Os resumos procuraram dar conta dos principais envolvidos nas notícias, como na resposta de M. V.:

“O assunto abordado é a disputa de terreno entre milicianos e a viúva do inspetor Félix Tostes. Ocorreu uma demolição autorizada pela 1ª Vara Cível de Jacarepaguá, uma área que gerou disputa entre um dos indiciados da milícia e dona Maria do Socorro Barbosa, onde ocorreu sem a permissão de dona Maria a venda de seu terreno e a construção de quatro prédios controlados pela milícia. Dona Maria denunciou o caso na 32ª DP(...) e conseguiu a reintegração de posse e a autorização para demolir os edifícios”.

Os problemas iniciais aparecem na segunda questão: muitos, apesar de saberem identificar os três Poderes de Estado, não sabem aplicar os conceitos às entidades e/ou indivíduos representativos deles. Sobre o poder Executivo, vejamos os exemplos das respostas dadas por P.E. e T.O.:

P.E: “ Estão envolvidos os poderes legislativos, judiciário e executivo. *Executivo: policiais* atuando como um grupo para proteger a comunidade, em troca de grandes quantias de dinheiro.”(Grifo meu)

T.O: “O *poder Executivo* (executa as leis) está envolvido porque foi dado uma ordem de demolição dos prédios e está sendo *representado pelos policiais*.”(Grifos meus)

Podemos perceber que o poder Executivo foi relacionado aos policiais, pois seriam aqueles que 'executam as leis'. Outras respostas tiveram encaminhamento semelhante, o que



demonstra certo desconhecimento das atribuições dos policiais e das próprias estruturas de poder do Estado Brasileiro.

As implicações dessa falta de informação são flagrantes no exercício da cidadania onde o indivíduo nem mesmo sabe que posição ocupa na sociedade, ou a quem recorrer em caso de violação de seus direitos. Também aparecem problemas no momento em que aquele cidadão precisa dar conta dos seus deveres enquanto parte constitutiva de um meio social. Partindo desta premissa, podemos sublinhar a importância de um Ensino de História em que se tratem claramente as questões inerentes aos meandros de nossa sociedade política.

Ainda aproveitando respostas dos dois alunos acima, seguem seus comentários sobre o poder Judiciário:

P.E.: “(...) *Judiciário: a ordem o para demolir* os edifícios construídos sem autorização. Legislativo: o ex-vereador Josinaldo Francisco da Cruz o 'Naldinho', que fazia parte da milícia e foi assassinado” (Grifos meus)
 T.O.: “(...) E o poder Judiciário (faz cumprir a lei e julga), representado pela 1ª Vara Cível de Jacarepaguá”.

Para P.E., o Judiciário aparece sem uma entidade representante, sendo apenas uma 'ordem para demolir os edifícios' o que denota a dificuldade, mais uma vez, em entender os policiais como relacionados a ele. Já T.O demonstra compreender conceito, função e entidade representativa dele.

Sobre o poder Legislativo, apenas um aluno (P.E) o relacionou a um vereador – no exemplo acima. Os demais nem sequer cogitaram mencionar a Alerj ou a CPI, embora eu tenha esclarecido as abreviações com eles durante a leitura do artigo.

Na terceira questão, alguns entenderam que as permanências são relacionadas aos poderes e formas de coerção exercidos, pelos milicianos, no contexto atual. Mas não citaram que as mudanças no nível de informação dos indivíduos é um importante vetor de transformação.

Apesar de uma das metas do trabalho ser a análise de relações de poder no discurso contido no jornal¹⁰, não se chamou a atenção dos alunos a isso, como forma de observar se eles estariam atentos a isso. Aconteceu que eles não demonstraram compreender as tendenciosidades no discurso da reportagem, o que é bastante sintomático de uma ausência de leitura crítica de textos jornalísticos entre eles. Nenhum dos alunos percebeu a ausência de posicionamento

¹⁰ Uma proposta que surgiu a partir de leituras Pierre Bourdieu, especialmente *O Poder Simbólico* (2000), onde ele trata das relações entre saber e poder que engendram o acúmulo de capital cultural entre as classes hegemônicas na sociedade.



analítico do jornalista com relação à ligação entre Maria do Socorro e a milícia. O artigo, pretensamente neutro, apenas refere-se aos milicianos como 'O perfil do bando', mas a representação construída apresenta um esquema de corrupção através de uma estrutura textual que naturaliza as suas práticas.

Ainda sobre essa questão, gostaria de destacar a resposta de C.B:

“(..)Os dois [milicianos e coronéis] usam cargos públicos para auferir privilégios, são práticas comuns entre os dois. Outro ponto importante é que ambos *fazem parte da instância de poder*, lembrando também que o *coronelismo é uma milícia* que, assim como hoje em dia são considerados uma corja de ladrões”.
(Grifos meus)

As duas passagens foram grifadas para ressaltar dois cuidados importantes: o primeiro seria a importância de sabermos consolidar definições, significados de expressões e conceitos entre os alunos. Muitos se perdem em suas respostas por uma nítida falta de entendimento de vocabulário. Neste ponto, parece ser crucial o trabalho interdisciplinar entre História e Língua Portuguesa, por exemplo, e o uso do jornal seria um bom ponto de partida para isso.

O outro cuidado é o mais sério: o anacronismo presente na expressão '*coronelismo é uma milícia(...)*'. Os alunos não formaram, mesmo no terceiro ano do E.M, sua concepção de tempo/espço históricos de maneira a entender que definições, conceitos, posturas político-ideológicas atuais não podem ser reportados ao passado com o mesmo significado – pois, caso contrário, incorremos no erro de atribuir preocupações atuais fora de seu tempo-espço de produção e vivência. Mas, talvez, o anacronismo seja uma maneira importante de esclarecermos e trabalharmos as noções de permanências e mudanças, bem como as de sucessão, duração e simultaneidade. Apesar de configurar-se em uma tensão entre o saber histórico acadêmico e o saber histórico escolar, processado no momento da transposição didática, usar o exemplo anacrônico da aluna para levantar questões e levá-los a compreender que, embora semelhantes em alguns aspectos, milicianos não são coronéis, pode ser frutífero neste sentido.

Na quarta e na quinta questões, alguns incluíram no debate a vinculação das milícias aos candidatos a prefeito e a vereador, como permanência. Porém, a maioria não identificou mudanças significativas, em especial, com relação ao acesso à informação, aumento do poder da opinião pública, campanhas pelo voto consciente, dentre outras, como na resposta de L.C:

“[O título de Coronel] surgiu com a Guarda Nacional, criada no Período Regencial, em 1832. Era uma milícia responsável pela manutenção da ordem



interna, reprimindo das revoltas sociais, cultivando a prática política da troca de favores e na época das eleições os dependentes desses coronéis votavam numa massa de candidatos que tinham seu apoio: era o chamado voto de cabresto. Nos dias de hoje os milicianos demonstram seu poder sobre a população e em época de eleição obrigam a população a votar nos candidatos apoiados por eles.”

Na sexta questão, a grande maioria dos alunos restringiram a participação política ao voto. Percebe-se que o senso comum e suas experiências cotidianas, reproduzidos pelos discursos dos alunos tanto nos trabalhos escritos quanto nas atitudes levantadas por eles, apontam como única solução, para o fim das fraudes e da corrupção, o 'voto consciente'. Contudo, a resposta da aluna T.L, transcrita abaixo, foi bastante destoante da maioria:

“1-Se informar melhor sobre os candidatos a eleição;
 2- Lutar pelos seus direitos, ou seja, reclamar aquilo que lhe foi prometido e o que de direito;
 3-Denunciar irregularidades e, mesmo sob pressão, não ceder a elas;
 4 – Acreditar na justiça por mais difícil que seja.”

De todas as respostas lidas, esta foi a única que também entendeu, como participação política, a busca pela informação; a luta pelos direitos; a não cooperação com irregularidades e a crença em poder constituído pelo Estado, sem excluir a eleição consciente.

2.1.3 Terceira etapa – Retorno:

Esta última etapa é um espaço para que os alunos façam uma auto-avaliação e recebam um ‘feedback’ daquilo que produziram durante a atividade. Este retorno aconteceu no início da aula imediatamente após a feitura das questões pelos alunos e consistiu na devolução das atividades, já lidas e corrigidas, aos alunos para que fossem debatidas entre eles. Este trabalho tem por objetivo amarrar acertos e erros.

A discussão também precisa ser orientada para que o professor tenha controle sobre o alcance das metas por ele perseguidas. Assim, é importante levantar primeiro os pontos positivos dos alunos: as leituras e interpretações corretas encontradas, as boas respostas, comentando-as se possível não identificando o aluno que as produziu a fim de evitarem-se estereótipos. Da mesma maneira, procede-se com as imprecisões e incorreções, anacronismos e demais equívocos cometidos e encontrados pelo professor, usando os exemplos encontrados para esclarecer as



questões. Para não haver retaliações dos colegas, esse procedimento também deve seguir sem identificar-se diretamente os alunos que os cometeram.

Assim, discutimos os problemas levantados aqui e encaminhamos algumas propostas no sentido de construirmos, juntos, os olhares mais atentos.

2.2 - Segunda atividade:

A experiência que ora será descrita tratará de temas relacionados ao tempo presente, em História do Brasil. Sempre se considerando conteúdos básicos da disciplina para a turma do Ensino Médio (OCNEM, 2006).

Houve um sério atraso no cronograma escolar, previsto para o terceiro bimestre do ano de 2009, por conta da prorrogação das férias escolares de meio de ano como mencionado no capítulo anterior. Sendo assim, o conteúdo relativo às Ditaduras Militares no Brasil e na América Latina acabou sendo explorado ao longo das 22 h/a do quarto bimestre, junto com as questões sobre Abertura Política nas décadas de 80 e 90 e História do Mundo Atual.

Para adaptar a organização efetuada na primeira atividade, desta vez, foram destinadas cinco horas/aula continuamos segmentando o trabalho em três etapas. A adoção deste tipo de plano se deve ao fato de que quanto mais consciente é o professor da sua atuação, mais claramente seus objetivos são tanto percebidos por ele quanto alcançados por seus alunos.

2.2.1 Primeira etapa – Contextualização:

Dando prosseguimento às metas estabelecidas no intuito de entender os caminhos que os alunos percorrem na construção de sua leitura crítica, escolheram-se um artigo de Frei Betto, publicado no jornal *O Dia* sobre ditaduras militares no Brasil e na América Latina, e duas charges extraídas do jornal *Extra*, sobre a conduta do atual presidente do Senado. Durante duas horas/aula revisamos a contextualização do jornal *O Dia* e comentamos a ligação do jornal *Extra* com a empresa jornalística *O Globo* (líder brasileira em meios de comunicação falada e escrita), como um veículo de comunicação mais voltado às camadas populares da sociedade.

O artigo, transcrito abaixo e disponível em anexo, foi publicado no dia 26 de julho de 2009 e discutia a questão de um possível retorno das ditaduras:



“As ditaduras podem voltar.

Todos os ditadores passam à história como figuras execráveis, cujos nomes, estigmatizados, se associam às vítimas de seus governos tirânicos. A América Latina viveu longos períodos de supressão do regime democrático. No século XX, o Brasil conheceu dois: o governo Vargas e sob o regime militar.

O paradoxo é que todas as ditaduras latino-americanas foram patrocinadas, financiadas e armadas pelos Estados Unidos. O golpe em Honduras, que depôs o presidente Zelaya, coloca o governo Obama frente à hora da verdade.

O presidente reagiu em defesa de Zelaya. Ainda assim, os Estados Unidos não suspenderam sua ajuda financeira e militar às Forças Armadas hondurenhas, que sustentam o ditador.

A América Latina conheceu avanços políticos nas últimas duas décadas. Após destronar as ditaduras militares e rechaçar presidentes neoliberais, demonstra preferência eleitoral por candidatos oriundos de movimentos sociais, dispostos a disputar o espaço das esferas de poder com os tradicionais grupos oligárquicos.

É verdade que alguns mandatários, em nome da governabilidade, não têm escrúpulos em fazer concessões a velhos caciques políticos notoriamente corruptos, representantes de feudos eleitorais marcados pela extrema pobreza.

Se não se estancar essa deletéria convivência e convivência de lideranças outrora progressistas com velhos e corruptos caciques, não se evitarão a descrença na democracia, a deterioração das instituições políticas, a perda do senso histórico na administração pública. O que constitui excelente caldo de cultura para favorecer o retorno dos ditadores salvadores da pátria (BETTO, 26 jun. 2009, p. 16)”

As charges, constantes em anexo junto ao exercício proposto aos alunos, representam uma crítica aos rumos da democracia atual no Brasil e mantém como foco principal a figura de José Sarney, ex-presidente da República e atual presidente do Senado brasileiro, protagonista de uma das mais severas crises políticas no país – cuja imagem manchada por suspeitas de fraudes, desvios de verbas orçamentárias, favorecimento de familiares em cargos públicos, parece não afetar ainda seu poder de ação nos meandros da política parlamentar em Brasília.

Que critérios foram utilizados para a escolha desses documentos? Primordialmente, o motor foi a intenção em unir-se três temas contíguos: a fase do Regime Militar no Brasil, o período de estabelecimento da Nova República e as condições da política brasileira atuais. Fases em que houve importante participação do personagem central das charges e do artigo selecionados para as aulas: José Sarney. Em seqüência, a necessidade de se conjugar os elementos do cotidiano dos alunos para um melhor diálogo entre os alunos e a disciplina, até porque estamos tratando da História do Tempo Presente, sendo assim, quanto maior os laços de afinidade entre os alunos e o assunto, melhor a aprendizagem.

Trabalharam-se questões como: as características do artigo de Frei Betto, partindo da sua localização na página, que tipo de destaque teve em termos de texto e de apelo iconográfico, que



notícias estão ao seu entorno. Em seguida, igual movimento foi feito relacionando-se o artigo no contexto da página seguinte, também em anexo ao fim do trabalho, que trazia em destaque uma imagem de militares da Fortaleza de Santa Cruz, Niterói/RJ, chamando-se a atenção dos alunos ao fato desta ter sido um dos inúmeros locais destinados aos presos políticos no contexto do Regime Militar de 1964-1985.

Semelhante procedimento foi dado às charges, embora elas tenham figurado entre os alunos em forma de exercício em folha específica, destacadas de seus locais no impresso original. Suas localizações nas páginas, as notícias dadas a sua volta, os destaques ali presentes, tudo isso foi ressaltado entre os alunos através de debate, uma das propostas de Faria (2009), autora com qual se tem dialogado durante a execução da pesquisa.

Após a contextualização das empresas jornalísticas e do texto selecionado no jornal, em se tratando de histórico e apelo visual, respectivamente, passou-se ao vocabulário e linguagem contidos no artigo. A proposta era suscitar debates sobre duração, sucessão, simultaneidade, bem como transformações e continuidades. Aqui se encontra mais um aspecto da transposição didática: a historiografia aborda conceitos, iconografia, posicionamentos político-ideológicos, a partir de questões do presente (CERTEAU, 2000), contudo, sem esquecer que há mudanças e permanências no tempo-espaço, em respeito ao que o historiador estuda. Isso exige que o professor de História leve os seus alunos a compreenderem que, apesar da duração da ditadura civil-militar no Brasil ter sido de 21 anos, alguns de seus efeitos ainda são sentidos hoje, ou seja, mesmo que haja mudanças nos sistemas sociais, políticos, econômicos do país, eles envolvem temas atuais.

Estamos tratando aqui de questões muito caras ao ofício do profissional de História, seja ele pesquisador ou professor: as noções de tempo e de espaço. Sendo assim, percebe-se mais uma tensão entre os saberes acadêmicos e escolares no momento de transpor o conhecimento histórico adquirido durante a formação universitária do professor em um corpo de conhecimento que seja de apropriação possível pelos alunos.

2.2.2 -Segunda etapa – Comparação:

Nas duas horas/aula seguintes, os dois documentos foram comparados e pediu-se que os alunos comentassem as charges e produzissem textos que levassem em consideração o proposto pelas imagens, os conteúdos vistos em aula e sua experiência cotidiana fora dos muros da escola.



As questões postas em exercício foram:

“1- Estabeleça uma relação entre as críticas apresentadas pelas charges abaixo”. Os alunos deveriam relacionar o contexto as fraudes envolvendo poder público em benefício de parentes (nepotismo), e as mudanças e permanências durante o processo histórico vivido pelo Brasil nos últimos 30 anos.

“2- Posicione-se criticamente sobre o futuro que nos é apresentado na segunda charge”. Aqui, os jovens deveriam expressar se concordam ou não concordam com um futuro onde a ética no país seria extinta.

“3 -Elabore um texto onde você desenvolva: Uma breve trajetória da participação do senador José Sarney na ditadura (1964-1985); a presidência de José Sarney entre 1985 e 1989; um comentário entre as tensões em que ele se envolve no Brasil atual”. Para esse texto, os alunos deveriam recorrer aos materiais utilizados em aula e nas discussões para contextualizar o Brasil atual através da trajetória do personagem central das charges, José Sarney, na vida política do país.

Os alunos ficaram livres para decidirem se fariam as questões individualmente, em dupla ou em trio. Após alguns minutos para organização da sala, trios e duplas foram formados. Um quantitativo bem pequeno de estudantes permaneceu em trabalho individual.

Dos 11 trabalhos recolhidos, sete das respostas à primeira questão seguiram padrões como a de E.F: “Na 1ª Charge a frase ‘já estava assim quando cheguei’, percebemos que não teve mudança sempre foi tudo igual, nada de suma importância foi feito”. Observando-se com atenção, podemos ver que a resposta toma como verdadeira a situação posta: a de que realmente não houve mudanças no Brasil desde os anos que se seguiram à Nova República.

Outros dois alunos não responderam à questão satisfatoriamente e apenas as duas respostas abaixo tiveram percepção interpretativa melhor apurada:

A.F.: “Uma relação de descaso. Porque ambas as charges demonstram que os políticos não se importam com o que tem de ser feito e nem com os deveres, só se preocupam com as suas frases já prontas, o que nunca resultou em nada para o povo”.

Apesar de repetir o equívoco da resposta anterior, atribuindo estagnação definitiva ao povo por conta dos políticos que ‘só se preocupam com as suas frases já prontas’, a resposta acima foi ressaltada pelo entendimento da aluna de que eles tem deveres a cumprir, ou seja, houve uma compreensão, ainda que mínima, de que os representantes da sociedade têm boa parcela de influência da ascensão ou derrocada da população (DALLARI, 1984).



A.K.: “Na 1ª charge existe uma forma de ‘apologia’ ao roubo, onde a família (esposa e filhos) que deveriam ser contra toda e qualquer prática ilegal é a principal admiradora das idéias e da vida do chefe de família. Já na 2ª charge temos um futuro, não tão longe, onde o que resta são os ossos de uma sociedade que invadida pela corrupção, não evoluiu e será lembrada por ter políticos que não possuem ética nem respeito pelo direito do povo”.

Somente a resposta de A.K., pareceu bastante próxima ao objetivo que tracei: o de entender a participação da família, enquanto entidade social privada, como cúmplice de fraudes e ilegalidades no âmbito público, bem como relacionar as atitudes tomadas como frutos de um contínuo processo histórico com mudanças e permanências.

Sobre a segunda questão, boa parte dos alunos não compreendeu que posicionar-se criticamente significa emitir juízo de valor sobre determinado assunto. Assim, oito respostas procederam no sentido de apenas explicar sua interpretação da charge, como A.K: ‘Uma sociedade que perdeu a voz e as forças lutando com o objetivo de ter uma vida mais justa e que por mais que o tempo passe não perde a esperança’.

A resposta de I.B. foi no sentido de que a charge apresenta a realidade, e há uma interessante perspectiva do que acontecerá no futuro: ‘Infelizmente, é a realidade que vivemos e se *não mudarmos imediatamente* o nosso futuro também está ameaçado’(grifo meu). A expressão acima foi destacada por ser um indício de que o aluno tem consciência de que fazemos parte do problema e da solução das questões que envolvem nosso tempo.

Mas, a resposta que mais preocupa é a dada por J.O.:

“Na segunda charge nos mostra que por mais que a gente lute, o Sarney ainda continuará no poder, que de nada adianta as pessoas tentarem tira-lo, pois ele estará bem mais ‘alto’ que nós, e por maior que seja a vontade do povo, ele ainda tem o conhecimento dele que o ajuda bastante”.

A resposta da aluna preocupa, pois é recorrente no senso comum dos alunos, pais e até professores, a idéia de que nada adianta fazermos mobilizações, compreendermos o que é a nossa História e qual o nosso papel nas decisões políticas, pois quem está mais ‘alto’ sempre vence. Essa é, também, uma resolução que ilustra como a interpretação do que está no jornal pode resultar na reprodução de posturas conformistas no meio social.

Mais uma vez, apesar do retorno dado no exercício anterior, poucos alunos estavam atentos às relações entre o discurso proposto nos textos e imagens do jornal, e a defesa político-ideológica de uma visão ligada às empresas jornalísticas. Poucos estavam antenados com a



manipulação das charges para a construção de uma imagem social conformada com os desmandos provocados por um grupo oligárquico detentor de cargos públicos. Alguns inclusive reproduziram essa versão como sendo legítima com frases do tipo ‘essa é a realidade’ ou ‘de nada adianta lutar’.

A terceira questão trouxe uma nova problemática: a questão da memória dos acontecimentos e a sua ligação com a História (NORA, 1993). Ao se depararem com a criação de um texto em que se levasse em consideração a trajetória do país, através de assuntos de hoje, muitos alegaram que não lembravam de nada do que ocorre no dia a dia do país.

Sete, dos onze, trabalhos propuseram-se a responder a questão três. As respostas da quase totalidade dos trabalhos não apresentaram satisfatoriamente a participação atual do presidente do Senado, apenas atendo-se a sua participação tanto na transição da ditadura para a abertura política quanto no estabelecimento da Nova República.

Mais uma vez, a tensão entre saberes acadêmico e escolar se processa: apesar de ser salutar a relação entre memória e história, alguns membros da comunidade escolar entendem a história como “decoreba” de fatos e datas. Quando pedimos que alunos recorram às suas memórias atuais sobre a coletividade, ou seja, de acontecimentos que ainda não aparecem nos livros didáticos, aparecem os conflitos e as justificativas do tipo ‘não lembro desse assunto’, ou ‘não tem no livro’ para o não cumprimento dos objetivos estabelecidos.

Das respostas colhidas, gostaria de destacar as últimas linhas das seguintes:

A.E.: “Atualmente José Sarney faz muitas ‘adaptações’ que convém a ele na política, um exemplo disso é o fato da mídia já ter nos informado que ele sempre põe membros da família em cargos, sem eleição, sem nada”

J.O.: “Hoje em dia, Sarney está envolvido em uma grande briga no senado, graças à corrupção. Muitos querem tirá-lo mas outros não deixam”.

Os alunos acima foram os que melhor expressaram sua compreensão sobre os acontecimentos atuais envolvendo o político citado. Em todas as outras, a atenção dos alunos à corrupção presente no senado brasileira é praticamente nula.

2.2.3. -Terceira etapa – Retorno:

Após a primeira atividade, percebeu-se que o retorno aos alunos - comentando suas respostas com cuidado e atenção devidas, junto com eles em sala de aula – deveria ter um espaço



maior. Sendo assim, reservaram-se duas horas/aula para comentar erros e acertos, no intuito de alinhar melhor as dificuldades encontradas durante os debates e atividades propostos.

Nesse sentido, ressaltou-se que as leituras devem ser mais atentas, e que a escrita jornalística por mais objetiva que se pretenda, nunca é neutra e corresponde a interesses políticos, inclusive no sentido de acomodar os cidadãos para que evitem manifestações e mobilizações, difundindo a idéia de que 'não adianta nada, pois não há mudanças'.

Outro ponto abordado foi o da necessidade da ligação entre memória e história, pois uma alimenta a outra (LE GOFF, 1984). Cada vez que selecionamos o que lembrar e o que esquecer, estamos assumindo posturas políticas no sentido de legitimar ou apagar determinado tema, problema, conflito. Negociações e tensões existem e devemos estar atentos ao que nos 'filiamos'.

3 - Comentários finais:

Essa parte do trabalho será dedicada a fazermos uma breve avaliação do que foi proposto nos objetivos. Os prós e contras sobre o que estudamos ao longo de um ano letivo.

Resgatando um pouco o que já foi dito, o trabalho visava aliar a leitura de jornais a sua utilização em aulas de História do Ensino Médio como forma de potencializar a aprendizagem da disciplina, em especial com referência a temas do Brasil, na História do Tempo Presente.

Escolhemos dois títulos: O Dia e o Extra, por causa de sua penetração entre os alunos do Colégio Estadual Nilo Peçanha - São Gonçalo, onde a pesquisa foi desenvolvida. Os dois periódicos apresentam vantagens como: textos de fácil vocabulário, mensagens subliminares relativamente compreensíveis, valor de compra baixo, são encontrados em quase todos os bairros do município.

Com relação ao uso dos periódicos em aulas de História, a experiência é válida porque cria laços de proximidade entre os alunos e o conteúdo. Também torna as aulas da disciplina mais lúdicas, facilitando a aprendizagem. Outro fator é a possibilidade da integração entre as disciplinas: Língua Portuguesa, Redação e História, pelo fato de trabalharmos sempre com textos, leituras e produções escritas dos alunos. O jornal também facilita a compreensão de que os acontecimentos são sucessivos e simultâneos a outros, ajudando a consolidar entre os alunos a noção de tempo histórico.

Sobre os cuidados, em se tratando do uso de jornais em aulas, assim como com o uso de quaisquer documentos, temos a questão da contextualização do periódico escolhido; o trabalho com a notícia/charge/informação em relação a posição na diagramação da página; a atenção que



o professor deve ter com alguns erros de editorial (grafias, pontuações e acentuações incorretas), referências e notícias devem ser checadas em outros meios de comunicação pois, para vender mais, algumas notícias são veiculadas sem uma comprovação melhor apurada.

E a dinâmica adotada nessa experiência? Acreditamos que a experiência em curso teria contribuído para o desenvolvimento de uma postura crítica dos alunos com relação a todo o tipo de informação que eles venham a captar cotidianamente. Entretanto nem tudo 'foram flores'. Alguns não perceberam a importância das atividades propostas e houve casos de indisciplina e dispersão da turma, especialmente quando trabalhamos as charges.

Como saída para contornar isso adotou-se a produção escrita como forma de avaliação do bimestre, o que garantiu certa busca de respostas coerentes entre eles para galgar a nota desejada.

Outro fator foi a opção de trabalhos em equipe, para que eles próprios se ajudassem e cooperassem mutuamente no entendimento e procura de respostas às questões propostas nas atividades. Olhando positivamente houve boa interação entre eles enquanto preocupavam-se em entender o que foi pedido. O lado negativo seria a existência de respostas idênticas entre trabalhos de equipes diferentes.

Sobre o planejamento destinado às atividades aqui apresentadas, há uma ressalva importante a ser feita para a primeira atividade exposta: levou-se em consideração apenas quatro horas/aula, sendo duas para a contextualização e duas para a atividade. O 'feedback' que precisa ser dado aos alunos, teve de ser feito no início de uma aula programada para outro assunto que, embora fosse continuidade, teria outra dinâmica. Isso foi reavaliado e, nos planejamentos posteriores, uma hora/aula foi incluída para retornar as atividades aos alunos, tecer comentários e desfazer possíveis equívocos de compreensão de maneira mais tranqüila e objetiva.

Na questão da transposição didática: houve alguns casos flagrantes em que presenciamos tensões entre o saber acadêmico e o saber produzido na escola. A primeira delas foi com relação aos anacronismos, a segunda com relação ao tempo histórico e uma terceira seria sobre a relação entre memória e história.

Sobre os anacronismos, concordo que eles devam ser evitados para que não haja banalização da idéia de que nada muda nunca. Se compreendermos, por exemplo, que a palavra democracia teve diferentes significados – e os tem até hoje –, fica mais fácil entender o porquê de mulheres atenienses, na Antiguidade Helênica, não participarem das decisões políticas e, apesar da forte defesa por uma coexistência cidadina por vias democráticas, isso causar praticamente nenhum espanto entre os cidadãos. O que não ocorre na atualidade em países onde majoritariamente



defende-se igual participação democrática para todos independente de sexo, orientação religiosa, nível de escolaridade, função social, etc.

Entretanto, em se tratando de conhecimento escolar, espaço onde aprendemos e ensinamos diversos saberes, os anacronismos presentes precisam ser aproveitados como ferramentas para se chegar a noções corretamente posicionadas sobre tempo, espaço, conceitos, opções político-ideológicas em História.

Estritamente ligada a essa questão está a noção de tempo histórico: embora professores e teóricos defendam a idéia de que o ensino de história não deve ser resumido a datas e fatos – argumento com o qual concordo –, sem entender a História enquanto fruto de processos que engendram noções de duração, sucessão e simultaneidade, bem como mudanças e permanências, não há aprendizado que se consolide na disciplina.

Enfim, o embate entre tempo histórico e ensino linear é encampado pelos alunos que apresentam resistência a recorrerem à memória, (para a construção do conhecimento histórico / a disciplina). Essa é mais uma tensão, a romper nas salas de aula, entre academia e ensino de História: a memória versus o ‘decorar’. O professor se vê sempre tendo que negociar com os alunos o fato de que sem as seleções evidenciadas no processo de construção das nossas memórias coletivas e individuais, não há história que se sustente. Enquanto isso, os alunos compreendem o uso da memória como a ação de decorar nomes, fatos e datas sem compreender quaisquer ligações que possuam.

Finalizo este artigo com um convite aos meus leitores para avaliar as potencialidades do uso do jornal como documento histórico. A análise da experiência nos aponta que, tal como o uso de relatos orais e escritos, o uso do jornal exige procedimentos metodológicos semelhantes, sem desconsiderar as suas especificidades. As tensões ressaltadas aqui se figuram numa tentativa de trazer à tona elementos de uma experiência e de uma realidade sem, contudo, esgotar o assunto ou pretender-se um ‘manual’ para a execução das dinâmicas.

Anexo.

- **Documento da primeira atividade**



12 | O DIA | RIO DE JANEIRO | DOMINGO, 14/6/2009

Justiça autoriza demolição de construções de milicianos

Terreno em Rio das Pedras seria o motivo da disputa entre viúva de inspetor e um dos indiciados pela CPI das Milícias

THIAGO PRADO
thiago.prado@odlanet.com.br

Uma decisão da 1ª Vara Civil de Jacarepaguá pode aumentar a tensão na comunidade de Rio das Pedras, em Jacarepaguá. Está autorizada a demolição dos prédios construídos a mando da milícia no terreno de Maria do Socorro Barbosa, viúva do inspetor Félix Tostes, executado em 2007. O imbróglio que a polícia acredita ser a causa de atentado a Socorro, em novembro, é mais um componente que a transforma em um possível alvo. Assim como o ex-vereador Josinaldo Francisco da Cruz, o Nadinho — assassinado semana passada —, ela detalhou em depoimento à Polícia Civil o que sabe sobre o grupo paramilitar de Rio das Pedras.

A área que gerou disputa com um indiciado pela CPI das Milícias da Alerj fica na Curva dos Pinheiros. Socorro autori-



zou, por escrito, que Dalcemir Pereira Barbosa — irmão do sargento reformado da PM Dalmir Pereira Barbosa — regularizasse a área na prefeitura em 2008. Mas Dalcemir vendeu lotes de terra a empreendedores, que ergueram quatro prédios. Em agosto, Socorro denunciou o caso na 32ª DP (Taquara). Ao mesmo tempo, acionou Dalcemir na Justiça e conseguiu, no mês passado, a reintegração de posse e a autorização para demolir os edifícios construídos sem a sua autorização.

PERFIL DO BANDO
Há dois meses, Socorro voltou a se indispor com milícia. Em 14 de abril, ao revelar à polícia o perfil do bando no inquérito que apura formação de quadrilha na comunidade, ela revelou que, desde a morte de Félix, recebia pensão de R\$ 10 mil de Dalmir. No entanto, Socorro e seus sócios na empresa de gás da favela tinham que pagar R\$ 1 mil por mês aos PMs Paulo Eduardo da Silva Azevedo, o Paulo Barraco, e Maurício da Silva Costa, o Maurição, a título de "segurança".

Recentemente, essa cobrança subiu para R\$ 6 mil mensais. Com a ação judicial e a recusa em pagar a quantia, a relação finalmente estremeceu.



Dalmir e Dalcemir em um cruzeiro: Irmãos e parceiros nos negócios

CIFRAS

R\$1 MILHÃO

Valor que Dalcemir Pereira Barbosa teria arrecadado, segundo a polícia, com a venda de 10 lotes do terreno de Maria do Socorro

R\$10 MIL

Pensão que o sargento Dalmir Pereira Barbosa passou a pagar para Maria do Socorro após a morte do inspetor Félix Tostes. Com o racha entre os dois, o PM parou de enviar o dinheiro à viúva e ainda quis cobrá-la pela segurança de sua empresa de gás

ORGANOGRAMA

Socorro denunciou chefes do grupo

■ Em depoimento prestado à 32ª DP (Jacarepaguá), Maria do Socorro contou que o grande chefe da milícia de Rio das Pedras desde a morte de Félix é o sargento Dalmir — que tem como "braços imediatos" Dalcemir, Paulo Barraco e Maurição. Abaixo, segundo a viúva, estariam Getúlio Rodrigues Gamas — assassinado mês passado —, Jorge Alberto Moreth, o Beto Bomba, Marcus Vinícius Reis dos Santos, o Fininho, Jorge Macedo e André PM. Seriam ainda integrantes do

grupo Fabiano Cordeiro Ferreira, o Mágico, Antonio Carlos de Morais, o Caveirinha, o PM Cristiano Cleic Hygino, Ricardo Zaccarias Cristiano e homem identificado apenas como Luciano. Outro denunciado por Socorro foi o PM Paulo Alvarenga, atualmente responsável pela segurança de Dalmir. Preocupado com as mortes recentes, o sargento já teria até convocado homens da Praça Seca, outra área dominada por milícia em Jacarepaguá. Socorro vive protegida 24h por escolta da PM.

Execuções anunciadas

> Outra morte anunciada da guerra em Rio das Pedras ocorreu no último dia 4. Tiago Henrique de Oliveira, conhecido como Romarinho, foi assassinado de madrugada na esquina da Rua do Amparo com a Avenida Engenheiro Souza Filho.

Segundo o registro de ocorrência do homicídio, não houve testemunhas. Em 11 de junho do ano passado, o irmão de outra vítima, assassinado pela milícia, depois na 32ª DP alertando que Romarinho era um alvo da milícia. Dito e feito.



• Documento da segunda atividade

No ritmo da cidadania

Projetos de escolas de música desenvolvidos em várias favelas cariocas mostram que crianças e adolescentes carentes nada devem quando lhes é dada oportunidade de aprender. E os resultados, promissores, podem ser conferidos em orquestras, algumas já veteranas, como a da Rocinha, e outras recentes, como a do AfroReggae em Parada de Lucas.

ENVOLVIDOS COM O aprendizado da técnica dos instrumentos, das notas, da harmonia, da melodia e do ritmo, os jovens, segundo os professores, mostram comportamento exemplar, inclusive em outras atividades, seja na escola convencional ou nas relações de família. E, principalmente, ficam longe do risco de envolvimento com a violência.

OS RESULTADOS CONSEGUIDOS nos projetos, desenvolvidos ainda de forma incipiente, indicam um caminho a seguir. É preciso oferecer aos jovens de comunidades carentes oportunidades de desenvolverem seu

potencial. Se tiverem esse apoio, eles fazem a sua parte, como confirmam os professores.

INDICAM AINDA QUE dar aos moradores de favelas, principalmente crianças e adolescentes, alternativas às que encontram normalmente no seu cotidiano é uma forma eficiente de afastá-los dos riscos de envolvimento com a violência. E de se tornarem cidadãos plenos e prontos para a vida em sociedade, sem estarem subjugadas pelas facções que dominam as comunidades carentes.

O EXEMPLO DAS ESCOLAS de música é vitorioso e deve ser seguido. Em todos os campos que forem possíveis, seja das artes aos esportes. É necessário que os projetos hoje implementados por voluntários sejam apoiados pelo poder público, pelas empresas e pela sociedade, para que possam ser ampliados e levados a um número cada vez maior de crianças e adolescentes. Com isso, será possível oferecer novas oportunidades e, realmente, fazer justiça social.



As ditaduras podem voltar

Todos os ditadores passam à história como figuras execráveis, cujos nomes, estigmatizados, se associam às vítimas de seus governos tirânicos. A América Latina viveu longos períodos de supressão do regime democrático. No Século XX, o Brasil conheceu dois: o governo Vargas e sob o regime militar.

O paradoxo é que todas as ditaduras latino-americanas foram patrocinadas, financiadas e armadas pelos Estados Unidos. O golpe em Honduras, que depôs o presidente Zelaya, coloca o governo Obama frente à hora da verdade.

O presidente reagiu em defesa de Zelaya. Ainda assim, os Estados Unidos não suspenderam sua ajuda financeira e militar às Forças Armadas hondurenhas, que sustentam o ditador.

A América Latina conheceu avanços políticos nas últimas duas décadas.

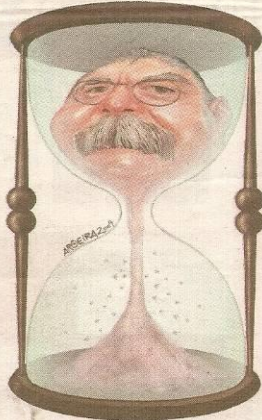
Após destronar as ditaduras militares e rechaçar presidentes neoliberais, demonstra preferência eleitoral por candidatos oriundos de movimentos sociais, dispostos a disputar o espaço das esferas de poder com os tradicionais grupos oligárquicos.

É verdade que alguns mandatários, em nome da governabilidade, não têm escrúpulos em fazer concessões a velhos caciques políticos notoriamente corruptos, representantes de feudos eleitorais marcados pela mais extrema pobreza.

Se não se estancar essa deletéria convivência e convívio de lideranças outrora progressistas com velhos e corruptos caciques, não se evitarão a descrença na democracia, a deterioração das instituições políticas, a perda do senso histórico na administração pública. O que constitui excelente caldo de cultura para favorecer o retorno de ditadores salvadores da pátria.

Autor de "Calendário de Poder"

AROEIRA



ODIA DISQUE REDAÇÃO: 2222-3333 ASSINATURA: 3295-4000 PROMOÇÕES: 2222-8136/22228086 PABX: 2222-8000

REDAÇÃO:

Editor-Executivo de Arte:

André Hippertt (hippertt@odia.com.br)

Editora-Executiva: Ana Miguez (anam@odlanet.com.br)

Editoras de Produção: Cláudia Cecília (cceclia@odlanet.com.br)

Elaine Gaglianone (elaineg@odlanet.com.br)

Karla Rondon Prado (karlaprado@odlanet.com.br)

Rachel Vita (rvita@odlanet.com.br)

Projeto Gráfico: André Hippertt

Instituto Ary Carvalho: 0800-218218 Tel: 2222-8052/2222-8167

Fax: 2222-8169. www.iaac.org.br E-mail: iaac@odlanet.com.br

SUCURSAIS: Brasília: SAS, quadra 5, Edifício OAB, Bloco M, salas 519/522.

CEP: 70438-900. Tel: (061) 3223-4274. Fax: 3223-4297

São Paulo: Edifício Axis, Av. Santo Amaro 48, 4º andar, conj. 41, Vila Nova

Conceição. CEP: 04506-000. Tel: (11) 3709-4660 Fax: 3709-4670

ATENÇÃO: Disque-Redação: 2222-3333 Assinatura:

3295-4000 (atendimento de 2ª a 6ª das 6h30 às 18h. Sábados, domingos e feriados, das 7h às 14h). E-mail: assinatura@odlanet.com.br

Sujeito a verificação de entrega. **Promoções:** 2222-8136/2222-8086.

E-mail: promocoes@odlanet.com.br - R. Riachuelo 364, Centro - das

9h às 17h. **Classificados:** 2532-5000 - Fax: 2532-2913 - De 2ª a 5ª, das

7h30 às 19h30 e 6ª das 7h30 às 20h. Todos os cadernos de classifica-

dos somente circulam na cidade do Rio e no Grande Rio. **Anúncios de**

DEPARTAMENTOS: Agência O DIA: www.agenciaodia.com.br E-mail:

agencia@odia.com.br Venda de textos: 2222-8134/ 2222-8079/ 2222-8265

Fotos: 2222-8384/ 2222-8422 Fax Diretoria: 2507-1038 Fax Redação:

2507-2228/2507-1622 Parque Gráfico: 3691-6000 Av. Dom Hélder Câmara

154-Berfica Gerência Industrial: 3691-6002 Gerência de Circulação e Lo-

gística: 3295-5702 Design de capa: Fernando D. M. F. e T. F. e L. F.



- Documento da segunda atividade

DOMINGO, 26/7/2009 | O DIA | 17

vida&meio ambiente

DIVULGAÇÃO

Fortaleza reflorestada

Parceria garante o plantio de árvores nativas da restinga em área do Forte de Santa Cruz, em Niterói. Processo começou nesta semana e deverá ser concluído no prazo de 36 meses

Parceria entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Niterói (Smarh) e o Exército Brasileiro iniciou o plantio de 7 mil mudas de árvores no entorno da Fortaleza de Santa Cruz da Barra, em Jurujuba, Niterói. São Gravatás, cajueiros, mandacarus, jacitaras, quixabeiras e outras espécies nativas da restinga brasileira que voltam a fazer parte da paisagem. O projeto Amar (Áreas de Meio Ambiente de Restinga) começou no dia 23 de julho e tem prazo de conclusão de 36 meses.

Na cerimônia que marcou o início do reflorestamento, estiveram presentes o secretário Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Niterói, José Antonio Toro Fernandez Zaff, o general de Brigada Sérgio Tavares Carneiro, além do alto oficialato e soldados da divisão. Na solenidade, foi plantado um exemplar de Pau-Brasil, ao lado da Capela de Santa Bárbara. “Em um segundo momento, poderemos desenvolver atividades de educação ambiental, produzir trabalhos científicos da ave-flora embasados no processo de regeneração e elaborar guias de plantas nativas da restinga do município”, anunciou Zaff.

O secretário explicou ainda que os trabalhos para a implementação do reflorestamento foram divididos entre a Smarh e o Exército. “A secretaria fez a cessão das mudas e dará todo o apoio técnico. Já os militares ficarão encarregados pelo

planto e já tiveram aulas para isso. As aulas foram ministradas pelos técnicos da secretaria”, informou.

Alexandre Moraes, diretor do Departamento de Áreas Verdes da secretaria e coordenador do projeto, esclareceu que a restinga está entre os ecossistemas mais ameaçados de Niterói. “O ‘Amar’ é abrangente. Faremos a recuperação e a manutenção das áreas reflorestadas. A manutenção consistirá em constante monitoramento de caráter técnico e preventivo”, assegurou. De acordo com o projeto inicial, as folhas passarão por um desbaste manual, com o objetivo de diminuir a perda de água para o ambiente circundante. As mudas terão também controle fitossanitário para avaliar vigor da vegetação e a presença ou não de formigas cortadeiras.

O aumento das emissões de CO2 nas últimas décadas, associado à redução das áreas de vegetação nativa, está entre os principais fatores responsáveis pelas mudanças climáticas. As formigas-cortadeiras são grandes aliadas nesse sentido, porque sequestram o carbono. Os saúveiros aumentaram em até 300 vezes a concentração de nutrientes no solo.

ÁRVORES

7 MIL

Mudas de espécies nativas da restinga serão plantadas no entorno da edificação do Exército. Trabalho é feito em parceria entre a Força e a prefeitura

REPRODUÇÃO INTERNET

Estudo monitora formigas cortadeiras, sequestradoras de carbono

Espécies marinhas em extinção, págs 18 e 19



O Dia. RJ, 26/07/2009, p. 17.

- **Charges utilizadas no exercício da segunda atividade**



Extra. RJ, 28/07/2009, p.5.



Extra. RJ, 23/08/2009, p.5.

Bibliografia.

- ABREU, M., SOIHET, R. **Ensino de História**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- ALVES, N. **O espaço escolar como dimensão material do currículo**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- BACZKO, Bronislaw. 'Imaginação social'. In: ROMANO, Ruggiero (org.). **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, v. 5.
- BITTENCOURT, C. (org). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1990.
- BURKE, PETER(org). **A Escrita da História**. SP: Editora UNESP, 1992.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. **A Escrita da História**. RJ: Forense Universitária, 2000.
- CHEVALLARD, Yves. **La transposición didáctica: del saber sabido al saber enseñado**. Buenos Aires: Aique, 1991.
- DALLARI, D.de A. **O que é participação política**. S. P: Abril Cultural-Brasiliense, 1984.



- FARIA, Maria Alice. **Como usar o jornal na sala de aula**. SP: Contexto, 2009.
- FONSECA, S. G. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas: Papirus, 1993.
- _____. **Didática e Prática de Ensino de História**. Campinas: Papirus Editora, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GABRIEL, C.T. **Um objeto de ensino chamado história: a disciplina de história nas tramas da didatização**. Tese de doutorado, PUC-Rio, 2003.
- GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais**. SP: Cia das Letras, 1989.
- LE GOFF, Jacques. "Memória-História". IN: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, v.1.
- MONTEIRO, A.M. "Ensino de História: das dificuldades e possibilidades de um fazer." IN: NORA, Pierre. "Entre Memória e História: a problemática dos lugares", In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.
- RAMOS, Ana Maria Cocentino. **Virando a Página. O Jornal na Sala de Aula**. Natal: EDUFRN, 2006.
- TARDIF, M. et al., "Os professores face ao saber. Esboço de uma problemática do saber docente". IN: **Teoria e educação nº 4**. Porto Alegre: Pannonica Editora, 1991.
- _____. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

- **Documentos Oficiais.**

LEI de Diretrizes e Bases: 9.394/96. Brasília: MEC/SEF, 1996

PARÂMETROS Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1999.

ORIENTAÇÕES Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 2006.

- **Fontes primárias:**

BETTO, Frei. 'As ditaduras podem voltar'. In: **O Dia**. RJ: p.16, 26 jun. 2009.

PRADO, Thiago. 'Justiça autoriza demolição de construções de milicianos'. In: **O Dia**. RJ: p.12, 14 maio 2009.

'Fortaleza reflorestada'. In: **O Dia**. RJ: Vida e Ambiente, p. 17, 26 jun. 2009.

LEONARDO. Os Sarneys. In: **Extra**. RJ: p.5, 28 jul. 2009.

_____. Seleção natural. In. **Extra**. RJ: p.5, 23 ago. 2009.

- **Fontes da web:**

<http://www.saogoncalo.rj.gov.br/estatisticas.php> acesso em 01/06/2010.



<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>, acesso em 01/06/2010.

http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/quantitativo_eleitorado.htm, acesso em 01/06/2010.

<http://iac.terra.com.br/index.asp>, acesso em 01/06/2010.

<http://www.anj.org.br/>, acesso em 01/06/2010.